



A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS: ACESSO, PERMANÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM

Eugênia Silva Nascimento Soares – Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Walzenira Marques dos Santos Vieira – Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Resumo: Este estudo tem como objetivo aprofundar a compreensão dos desafios no processo de inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), baseando-se em pesquisas conduzidas nos últimos seis anos. A partir de uma cuidadosa revisão bibliográfica, que abrangeu documentos normativos e marcos legais, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), foram identificados obstáculos significativos no que tange ao acesso, permanência, participação e aprendizagem dessas crianças. A análise de 16 estudos recentes revela que a inclusão escolar de crianças autistas demanda um compromisso contínuo com a formação dos educadores(as), a adaptação das práticas pedagógicas e a incorporação de tecnologias digitais. A sinergia entre família e escola, apoiada por políticas públicas efetivas, é essencial para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Ademais, destaca-se a importância de garantir um ambiente adequado e suporte profissional especializado para assegurar que a inclusão escolar seja plenamente realizada como um direito inalienável, sublinhando a necessidade urgente de formação contínua dos educadores(as) e de adaptações curriculares que atendam às especificidades dos(as) estudantes com TEA.

Palavras-chave: Aprendizagem 1. Formação Continuada de Professores(as) 2. Inclusão escolar 3. Legislação 4. Transtorno do Espectro do Autismo 5.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de nosso Trabalho de Conclusão de Curso (doravante TCC) e germina do nosso real interesse em aprofundar o debate sobre a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (daqui para frente, TEA), reconhecendo a importância de uma educação que valorize as diferenças/diversidade e promova um ambiente escolar humanitário, onde todas as crianças tenham não apenas acesso e permanência, mas também participação ativa e aprendizagem significativa. No bojo teórico-prático, expandindo e revozeando os conceitos da *American Psychiatric Association (APA)*, Cabral e Marin (2017) ressaltam que o sujeito com TEA, com sua ampla gama de manifestações que incluem desde dificuldades de comunicação e interação social até comportamentos restritos e repetitivos, desafia o sistema educacional a adotar práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as singularidades de cada indivíduo.



Compreender o TEA, portanto, não é apenas identificar limitações, mas valorizar as potencialidades e criar um ambiente que celebre as diferenças/diversidade como um enriquecimento da experiência educativa. No contexto escolar, por exemplo, a inclusão escolar de crianças com TEA requer um compromisso significativo com a criação de estratégias que garantam não só a presença física dessas crianças, mas sua real integração no processo de aprendizagem. Isso demanda a adaptação de metodologias, a sensibilização da comunidade escolar e a formação contínua dos(as) educadores(as), capacitando-os(as) a lidar com as especificidades do transtorno. Mais do que uma obrigação legal, essa inclusão reflete um ideal de educação que se empenha em ser verdadeiramente humanitária, onde o respeito a essas especificidades se traduz em oportunidades concretas de participação e desenvolvimento para todos os estudantes. A prevalência do autismo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é estimada em cerca de 1 em cada 100 crianças, embora esse número varie e seja desconhecido em muitos países de baixa e média renda. O estudo não apenas contribui para a formação de futuros pedagogos, mas também tem o potencial de influenciar diretamente a qualidade da inclusão escolar de crianças com TEA.

OBJETIVO(S)

Objetivo geral:

Analisar o que apontam as pesquisas acerca dos desafios no processo de inclusão escolar das crianças com TEA.

Objetivos específicos:

- a) Discutir acerca dos marcos históricos e do que orientam os documentos normativos em relação à inclusão escolar;
- b) Identificar os desafios da inclusão escolar de crianças com TEA a partir das pesquisas desenvolvidas nos últimos seis anos, tendo em vista o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dessas no contexto escolar.

METODOLOGIA

Reverberando os estudos de Gil (2008), este trabalho se desenvolve por meio de uma análise criteriosa de livros e artigos científicos, reinterpretados sob uma nova perspectiva para



se alcançar conclusões (trans)formadoras em diversos contextos. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e qualitativa, buscando considerar as particularidades de crianças com TEA, que frequentemente foram marginalizadas ao longo do tempo. Para isso, foi realizado um levantamento em bases de dados como *SciELO*, CAPES e ANPEd, focando nos trabalhos produzidos nos últimos seis anos que tratam da inclusão escolar de crianças com TEA nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo se propõe a discutir as orientações dos documentos normativos sobre a inclusão escolar de pessoas com TEA, analisando marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764 de 2012), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Lei nº 17.158, entre outros.

Além disso, foi feito um mapeamento dos desafios da inclusão escolar dessas crianças à luz das pesquisas mais recentes, considerando o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem no contexto escolar. A metodologia adotada, conforme sublinhado por Gil (2008), é transparente e exploratória, fundamental para garantir a credibilidade do estudo. Foram selecionados 16 trabalhos, escolhidos após uma leitura criteriosa e com base em critérios como compatibilidade temática, período de publicação (2019-2024) e disponibilidade dos textos. Essa seleção cuidadosa visa promover uma educação mais justa e ética, oferecendo às crianças autistas (não somente) uma formação amais significativa e integral. A transparência na metodologia fortalece a credibilidade dos resultados, permitindo aos(as) leitores(as) compreender as nuances e limitações do estudo. O quadro 1 dispõe de informações como o título, autores e ano, publicado das 16 (dezesesseis) produções analisadas¹.

¹ Para ilustrar os periódicos mencionados em nosso TCC, apresentamos apenas um recorte cuidadosamente elaborado para atender às normas e diretrizes das propostas de trabalho no formato de Resumo Expandido.



Quadro 1 – Artigos publicados na janela temporal 2019-2024

Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as) com dados da AnPED, CAPES e *SciELO*.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA: O QUE REVELAM AS PESQUISAS?

Partindo do princípio de que a inclusão escolar da criança com TEA é um direito fundamental assegurado por diversas normativas e diretrizes legais, elencamos abaixo narrativas de estudiosos(as) acerca do assunto. Sendo assim, a narrativa de Cibele Moreira Monteiro e Ana Paula de Freitas (2023), intitulada: **“Concepções que fundamentam os sentidos atribuídos por educadores à inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro do autismo”** discute as concepções de educadores(as) sobre a inclusão de estudantes com TEA, destacando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e inclusiva, que vá além de uma visão biologicamente centrada do desenvolvimento humano. As narrativas autobiográficas utilizadas na pesquisa revelam a diversidade de concepções e incentivam reflexões críticas sobre as práticas educacionais inclusivas.

TRABALHOS	AUTORES(AS)	UNIVERSIDADES/ FACULDADES	ANO	BASE DE DADOS
Concepções que fundamentam os sentidos atribuídos por educadores à inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro do autismo	Cibele Moreira Monteiro e Ana Paula de Freitas.	Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, MG (autora 1) e Universidade São Francisco, Itatiba, SP (autora 2).	2023	AnPED
Políticas públicas voltadas à inclusão educacional de alunos com autismo	Nádia Alves Lima, Priscila Barros David e Débora Lucia Lima Leite.	Universidade Federal do Ceará – UFC	2024	SciELO

O estudo encontrado na base de dados da *SciELO*, de autoria de Lima, David e Leite (2024), intitulado: **“Políticas públicas voltadas à inclusão educacional de alunos com autismo”**, analisa as políticas públicas brasileiras voltadas à inclusão de estudantes com TEA. A pesquisa revisa a literatura disponível no *SciELO* Brasil e nos Periódicos da CAPES, destacando a importância de uma compreensão atualizada dessas políticas para garantir os direitos das pessoas autistas. Apesar das normativas visarem o acesso e permanência justos e



democráticos, o estudo revela desafios persistentes, como a inclusão escolar significativa e a falta de formação adequada para os(as) profissionais da educação.

ENTRE AS (IN)CERTEZAS E OS (IN)ESPERADOS, UMA (IN)CONCLUSÃO

Traçamos esta (in)conclusão com uma mensagem central inescapável: o compromisso colaborativo é a chave para construirmos um futuro mais justo e inclusivo. No âmago das práticas sociais que moldam nossa convivência, aprendemos que a inclusão escolar de crianças com TEA demanda um compromisso incessante com a formação contínua dos(as) educadores(as), a adaptação das práticas pedagógicas e a integração de tecnologias digitais. A sinergia entre família e escola, amparada por políticas públicas mais significativas, é indispensável para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. A inclusão escolar, assegurada por lei, sublinha a urgência de um ambiente adequado e de suporte profissional especializado para essas crianças. Contudo, apesar das boas intenções das políticas públicas, persistem desafios significativos, particularmente na capacitação dos(as) professores(as), evidenciando a necessidade de ações mais incisivas e permanentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 de out. 1989.

CABRAL, C.; MARIN, A. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em Revista**, 33(142079), 1-30, (2017).

CORREIA, A. P.; FERRARI, G. S. F.; SILVA, J. M.; RINALDI, G.; PALUDO, K. (2020). Políticas Públicas Educacionais para inclusão da criança autista: Uma revisão de literatura. **Anais Simpósio De Pesquisa E Seminário De Iniciação Científica**,1(5).

LIMA, N. A.; DAVID, P. B.; LEITE, D. L. L. (2024). Políticas públicas voltadas a inclusão educacional de alunos com autismo. **Revista Educar Mais**, 8:52–68.

SHAW, G. S. L. Relação entre família, escola, especialistas e o desenvolvimento de pessoas autistas. **Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade**, 8(16), 183-201, 2021.

XXI SEMANA ACADÊMICA

25 a 27
setembro
2024



POR UMA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA,
DIVERSA E
INCLUSIVA

DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

NUPE
Núcleo de Pesquisas
& Estudos

MONTEIRO, C. M. e FREITAS A.P. Concepções que fundamentam os sentidos atribuídos por educadores à inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro do autismo. **Revista Educação Especial**. V. 36, p. 3-15, junho, 2023.